



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/PE
LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 26666925/2023-NTI/SR/PF/PE

Processo nº 08400.000018/2023-13

1. **DO OBJETO**

1.1. Processo para contratação de empresa para fornecimento de *Discos Rígidos HD, Hardware usado para armazenar conteúdo digital e dados em Servidores (Computador)*, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	HD SAS 8TB 3,5"		6	R\$ 2.473,11	R\$ 14.838,66
2	HD SATA 4TB 2,5"		2	R\$ 1.754,30	R\$ 3.508,59
3	HD SATA 8TB 3,5"		16	R\$ 1.586,75	R\$ 25.388,05
4	HD SATA 3TB 3,5"		6	R\$ 983,97	R\$ 5.903,80

5	HD SATA 2TB 3,5"		4	R\$ 819,96	R\$ 3.279,85
6	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS		130	R\$ 30,83	R\$ 4.008,33
TOTAL			164		R\$ 56.927,29

1.2. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

1.3. Seguem as características técnicas de cada HardDrive:

ITEM 1:

Capacidade: 8TB;

Tamanho: 3,5"

Velocidade: 7200RPM;

Tipo de interface: SAS Serial Attached SCSI;

Taxa de confiabilidade em operação total 24/7 (AFR, taxa anual de falhas) de no máximo: 0.44%;

Requerimento de alimentação: +5 VCC, +12 VCC

Cache integrado: 256 MB

Taxa de Transferência: 12Gb/s

MTBF: 2M horas

Suporte a tecnologia de monitoramento S.M.A.R.T.

Max Sustainable Transfer Rate (Taxa de transferência máxima constante): 249MB/s

Latência média: 4,16ms

Garantia limitada de, pelo menos, 5 anos

ITEM 2:

Capacidade: 4TB

Tamanho: 2,5"

Velocidade: 5400RPM

Tipo de interface: Serial ATA III (SATA III)

Requerimento de alimentação: +5 VCC, +12 VCC;

Cache integrado: 128 MB;

Taxa de Transferência: 6Gb/s

Suporte a tecnologia de monitoramento S.M.A.R.T.

Taxa de transferência de dados: 140MB/s

Garantia limitada de, pelo menos, 2 anos

ITEM 3:

Capacidade: 8TB

Tamanho: 3,5"

Velocidade: 5400RPM

Tipo da interface: Serial ATA III (SATA III)

Requerimento de alimentação: +5 VCC, +12 VCC;

Cache integrado: 256 MB;

Taxa de Transferência: 6Gb/s

Suporte a tecnologia de monitoramento S.M.A.R.T.

Max Sustainable Transfer Rate (Taxa de transferência máxima constante): 190MB/s

Garantia limitada de, pelo menos, 2 anos

ITEM 4:

Capacidade: 3TB

Tamanho: 3,5"

Velocidade: 7200RPM

Tipo da interface: Serial ATA III (SATA III)

Taxa de confiabilidade em operação total 24/7 (AFR, taxa anual de falhas) de no máximo: 1.095%;

Requerimento de alimentação: +5 VCC, +12 VCC;

Cache integrado: 256 MB;

Taxa de Transferência: 6Gb/s

MTBF: 800.000 horas

Suporte a tecnologia de monitoramento S.M.A.R.T.

Garantia limitada de, pelo menos, 3 anos

ITEM 5:

Capacidade: 2TB

Tamanho: 3,5"

Velocidade: 7200RPM

Tipo da interface: Serial ATA III (SATA III)

Taxa de confiabilidade em operação total 24/7 (AFR, taxa anual de falhas) de no máximo: 0.44%;

Requerimento de alimentação: +5 VCC, +12 VCC;

Cache integrado: 128 MB;

MTBF: 2M horas

Taxa de Transferência: 6Gb/s

Suporte a tecnologia de monitoramento S.M.A.R.T.

Latência média: 4,16ms

Garantia limitada de, pelo menos, 5 anos

ITEM 6:

Filtro de linha, 110/220 V, 10A, 05 tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, porta-fusível, retangular, caixa em plástico abs, certificado pelo Inmetro, COR preferencialmente preto, prazo de entrega 30 dias. equipamento informática / elétrico, 50/60 hz, 2P + T, 1,5 m.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição visa adquirir discos rígidos para serem utilizados em servidores, instalados nos CPD da SR/PF/PE, bem como manter um estoque mínimo de segurança para pronto emprego, em caso de falhas e danos nos HD instalados em servidores em uso. Os equipamentos se propõem ao armazenamento de arquivos e programas no formato digital, de forma a permitir que usuários da rede corporativa tenham, de forma segura e rápida, acessos a seus trabalhos, de forma a poder consultar, alterar, salvar, excluir e compartilhar, quantas vezes quiser e de acordo com suas necessidades no desempenho de suas atribuições.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O bem a ser adquirido é de uso comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificação usual no mercado.

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. De acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 5º edição JUL/2022 disponibilizado no site da AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao>):

4.2. No tocante à aquisição de bens de informática e automação:

4.3.1. Só será admitida a oferta dos bens listados que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO (pág. 294, GNLS, 5ª edição);

4.3.2. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); (pág. 294, GNLS, 5ª edição);

4.3.3. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital

4.3.4. Os equipamentos deverão ser constituídos, no todo ou em parte, preferencialmente por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.3.5. Os equipamentos deverão respeitar os mesmos requisitos para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.4. No tocante ao lixo tecnológico:

4.5.1. Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de produtos eletrônicos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 3º do Decreto nº 10.936, de 2022, c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010);

4.5.2. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletrônicos deverão estruturar , implementar e operar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, além de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa (art. 33, VI, da Lei nº 12.305, de 2010 c/c incisos I e II do artigo 14 do Decreto nº 10.936, de 2022);

4.5.3. No caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm o compromisso de participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município (art. 31, IV, da Lei nº 12.305, de 2010);

4.5.4. A contratada deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto; (pág. 229, GNLS, 5ª edição);

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do(a) homologação do processo, em remessa única, no seguinte endereço: Travessa Tiradentes, s/n, esquina com Cais do Apolo, em frente ao TRF, CEP: 50030-380.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **7 (sete) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **7 (sete) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, visto que se trata do mero fornecimento de bens.*

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

- 10.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. ANEXOS

12.1. ANEXO I e II - Pesquisa de Preços

Recife-DF, 10 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **CIRO CORREA VIEIRA DE MELO, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 28/08/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO MACIEL RAMOS, Chefe de Núcleo**, em 28/08/2023, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31171775&crc=C99D2FDA.

Código verificador: **31171775** e Código CRC: **C99D2FDA**.